

Emprego: uma questão crucial para o Brasil

Diminuir os atuais índices de desemprego exige pôr fim à recessão e à inflação, retomar o desenvolvimento, criar postos de trabalho produtivos e decidir resgatar a dívida social do País

JUVENAL OSORIO GOMES

Cresce e tende a generalizar-se a preocupação com o problema do emprego. Os candidatos procuram se posicionar, mas as respectivas assessorias aconselham calma, dada a complexidade da questão no caso brasileiro. É que vivemos, desde a década passada, uma situação *sui generis*: temos inflação forte, que em condições normais deveria gerar o pleno emprego, mas convivemos com a recessão, com a ociosidade dos fatores de produção, especialmente do fator trabalho. É a recessão com inflação, a famosa *stag-inflation*, a pior enfermidade que pode afetar o organismo da economia. É doença ao mesmo tempo resistente, renitente e perversa. Os medicamentos tradicionais são inócuos ou mesmo contra-producentes. É como se fosse uma infecção hospitalar. Ou um mundo sem norte magnético, em que as bússolas poderiam apontar para qualquer lado.

Nas sucessivas tentativas de debelar a inflação sem eliminar suas causas estruturais, acabamos por criar no Brasil uma das piores situações de que se tem notícia. A sociedade deixou progressivamente de acreditar na eficácia dos planos de estabilização impostos pelo governo. Para evitar a hiperinflação iminente, o governo vem, ao longo dos anos, recorrendo cada vez mais aos instrumentos de controle monetário, que não eliminam a inflação, mas causam a recessão crônica e, portanto o desemprego.

Um dos instrumentos mais utilizados tem sido a taxa de juros. Mantida artificialmente em nível escorchante, a taxa de juros desestimula o investimento, agravando o

desemprego provocado pela recessão. Como a procura não cresce, não há estímulo para investir. Como a taxa de juros é muito atraente, todos preferem a aplicação financeira e, evidentemente, ninguém pensa em tomar dinheiro emprestado para fazer investimentos. Tudo leva ao desemprego. Até mesmo o parco investimento que é feito nem sempre objetiva o aumento da produção. Via de regra, busca o aumento da produtividade, agravando ainda mais o problema do desemprego. Mas, a espiral negativa não para por aí. Nos últimos três anos, com o rebaixamento das tarifas aduaneiras, muitas empresas estão deixando de fabricar aqui para importar. Outras, que não saíram para esta solução, estão perdendo mercado para o produto importado e, portanto, reduzindo a produção.

**RECESSÃO
COM
INFLAÇÃO É
DOENÇA
RENITENTE,
RESISTENTE E
PERVERSA**

Tudo vem conspirando e continua a conspirar contra o emprego. Neste momento o próprio ministro da Fazenda está ameaçando os "monopólios e oligopólios" com uma redução ainda maior de tarifas aduaneiras para coibir reajustes supostamente abusivos de preços. É mais desemprego

que vem aí.

É neste quadro que o *Betinho*, tentando cumprir a missão de acabar com a fome no País, descobriu que não basta distribuir pacotes de alimentos. É preciso arrumar emprego para que as pessoas, ganhando o seu salário no fim do mês, possam comprar alimentos de que carecem, sem depender da caridade, particular ou pública.

A questão está na ordem do dia. Há quem pense que a solução é simples: bastaria cada empresa admitir mais tantos empregados e o problema estaria resol-

vido. Outros acham que a solução é estimular a pequena a média empresa. E ainda outros podem até achar que está muito bom assim; que é conveniente ter uma reserva de mão-de obra para pressionar os salários para baixo.

O que preocupa é que até agora todos estão falando em emprego. Não se tem visto ninguém falar em trabalho, ou na sua contrapartida: a produção. Precisamos criar emprego ou o que carecemos é de ocupar os postos de trabalho que estão vazios e, concomitantemente, criar novos postos de trabalho? Sim, mas isso significaria acabar com a recessão e retomar o crescimento econômico. É absurdo? É quimera? Não, é mais do que tempo de a sociedade brasileira decidir que a recessão já durou mais do que devia. Que tem que acabar e já.

Acabar com a recessão, com o desemprego, com a inflação, com a miséria e com a fome, tudo ao mesmo tempo! Parece ser ambição exagerada. Mas pensando bem, todos estes males que nos afligem há tantos anos têm causa comum. E as medidas capazes de sanar um deles, provavelmente criarão as condições indispensáveis para eliminar os aspectos mais dramáticos dos demais.

Sim, porque, se a inflação e a recessão podem ser virtualmente eliminadas, o mesmo não acontece com o desemprego, a miséria e a fome. Estes males estarão sempre presentes em qualquer sociedade. O objetivo será sempre a redução progressiva das suas proporções.

É oportuno tratar dessas questões agora não só porque elas estão na ordem do dia. Mas, principalmente, porque os candidatos estão em campanha e são, a todo momento, desafiados a revelar como tratarão delas, quando impossosados.

Por isso, o risco de propostas simplistas e demagógicas é grande.

Vejamos as propostas que podem surgir por aí:

a) Para o caso da fome, parece que já se chegou a um consenso de que a mera distribuição de alimentos, pelo poder público ou pelos particulares, não é solução. Estamos todos de acordo que o que é preciso é dar oportunidade de trabalho.

b) O caso da miséria se confunde com o da fome e só a oportunidade de trabalho daria solução digna.

c) Para a geração de emprego, há muitas propostas aparentemente construtivas, mas que poderão conduzir a resultados desastrosos. Que propostas seriam estas?

1) A primeira seria aquela de cada empresa admitir uns tantos empregados sem estar efetivamente necessitando dos seus serviços. O resultado seria o aumento do custo de produção, que poderia resultar na redução do lucro da empresa ou no momento do preço de venda do produto. Tem efeito inflacionário indiscutível. Redistribui renda para os privilegiados que conseguirem os empregos, em prejuízo daqueles trabalhadores que estão empregados e efetivamente produzindo. É inflacionária porque gera salário sem criar a contrapartida da produção.

2) Temos também a alternativa muito em voga de fazer acordo na câmara setorial, pelo qual as empresas se obrigam a não reduzir seus quadros; os trabalhadores, a limitar suas reivindicações salariais; e, finalmente, o governo a aliviar a carga tributária sobre o setor. É me-

**PRIORIDADE
ESTÁ EM
OCUPAR OS
POSTOS DE
TRABALHO
EXISTENTES E
CRIAR OUTROS**

dida setorial e transitoria: não há como abarcar com ela todos os setores da economia. Nem pode prevalecer por muito tempo porque implicaria no agigantamento progressivo dos setores privilegiados. Além disso, quem paga a conta é, em última análise, o setor público por causa da remissão de impostos, que atua como catalisador dos acordos. Tem efeito inflacionário porque resulta, no cômputo final, em redução da receita pública. Pode introduzir sérias distorções na economia se o acordo se prolongar.

3) A redução da jornada de trabalho, com ou sem redução correspondente de salários, assim como as férias coletivas constituem prática corrente nos países desenvolvidos para enfrentar dificuldades de mercado localizadas e passageiras. Não se pode cogitar dessas alternativas, abortivas por excelência, por conduzirem ao desperdício de capacidade produtiva (postos de traba-

lho e operáriostreinados) num País que tem uma dívida social imensa como o nosso.

4) Tem sido freqüentemente defendida a tese de que as empresas empregariam mais gente se a sua carga de impostos fosse menor. É discutível. A empresa contrata mais empregados para produzir mais quando a procura por seus produtos no mercado aumenta. A redução da carga fiscal pode ou não resultar em aumento da produção e do emprego, dependendo do comportamento da empresa (que pode decidir aumentar seus lucros ou reduzir seus preços de venda) e da reação dos consumidores poderão ou não aumentar suas compras. Mas, mesmo na hipótese construtiva (empresas baixam preços, consumidores compram mais e empresas decidem aumentar seus quadros) ainda resta um problema que não é pequeno: quem vai pagar os impostos para compensar a perda que o poder público terá ao aliviar a carga das empresas?

5) Redução dos encargos sobre a folha, é mais uma alternativa que sempre vem à baila toda vez que se fala no problema do emprego. A idéia, que é lógica, é que, baixando o custo do fator trabalho, as empresas tenderão a optar por mais trabalho e menos capital nas suas linhas de produção, com isso aumentando o emprego. Pode até ser que seja assim, mas aí cabe a pergunta: quem vai cobrir os rombos que serão criados na Previdência e no FGTS? E quem vai pagar o 13º salário, as férias remuneradas, a bonificação de férias e todos os demais itens que incidem sobre a folha e que constituem desembolso imediato das empresas ou reservas de contingência? Além do mais, retarda a modernização, que em última análise é a substituição do fator trabalho pelo fator capital, bate de frente com a moda de modernidade que prevalece no momento.

As considerações acima parecem oportunas especialmente agora que os candidatos estão afoitos à procura de propostas para resolver um problema que é cada dia mais crucial no Brasil e na maioria dos outros países, industrializados ou não.

O que parece ter ficado claro é que fora da retomada do crescimento não existe solução. É possível melhorar aqui; dá para suavizar acolá, mas solução mesmo só com o fim da recessão e retomada do crescimento, o nível dos investimentos voltando aos 20% do PIB. Mas investir em que, se o mercado está saturado? Por onde começar, ou melhor, recomendar? Uns dirão que é pela infraestrutura, outros já optam pela modernização da indústria, outros, sugerirão a reforma agrária ou a revolução agrícola. Mas se não chegamos a um acordo, porque não decidimos, enquanto a discussão continua, resgatar nossa dívida social. Logo, logo, as centenas de milhares de empregos que seriam criados só no setor de educação para reciclagem dos quadros dos três níveis de ensino, gerariam renda na mão dos consumidores. A procura seria reativada, o emprego aumentaria nas atividades industriais, comerciais e agrícolas e estaria desencadeada a retomada do crescimento.

Criar emprego é prioridade sim, mas emprego produtivo, na ocupação de postos de trabalho já existentes e em novos postos que serão criados, com a retomada do desenvolvimento. Na verdade, nem deveríamos falar em criar ou gerar emprego, que hoje em dia tem uma conotação de sinecura, por causa do empreguismo nos órgãos públicos.

■ Juvenal Osorio Gomes, ex-diretor de Planejamento do BNDES, ex-presidente da CSN, participou da montagem do Plano de Metas do governo JK

RESUMO

■ Vive-se uma situação *sui generis*: de um lado a inflação, que em condições normais deveria gerar o pleno emprego, de outro, a recessão, a ociosidade dos fatores de produção

■ Os medicamentos tradicionais para resolver o problema do emprego são inócuos, contra-producentes.

■ O que preocupa é que até agora todos falam em emprego, mas não se tem visto ninguém falar de trabalho.

■ Pôr fim à recessão, desemprego, inflação, miséria e a fome pode parecer exagerado, mas as medidas para acabar com um deles criará condições para eliminar os demais.